



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO INTERSECCIONAL? DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL

RACHEL GOUVEIA PASSOS¹

JESSICA TAIANE DA SILVA²

MARIANA MARQUES BOURDETTE FERREIRA³

THAMIRES MEIRELLES⁴

RESUMO

O artigo discute a relevância do feminismo interseccional como ferramenta para análise política no campo do Serviço Social. Para tanto, faz-se uma retomada do seu contexto de surgimento a partir do cenário norte-americano, para posterior debate no que tange ao feminismo negro brasileiro, suas manifestações heterogêneas e a urgência da profissão (re)incorporar em sua práxis a interseccionalidade.

Palavras-chave: mulheres negras, feminismo, racismo, interseccionalidade, serviço social

ABSTRACT

The article discusses the relevance of intersectional feminism as a tool for political analysis in the field of Social Work. To this end, we review the context of its emergence from the North American scenario, for subsequent debate regarding Brazilian black feminism, its heterogeneous manifestations and the urgency of the profession (re)incorporating intersectionality into its praxis.

Keywords: black women, feminism, racism, intersectionality, social work

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Introdução

É sabido que a construção da identidade nacional brasileira se deu em um contexto de violação colonial pautado na conquista e dominação do povo negro, e marcado particularmente pela violência sexual de mulheres negras - fato, que segundo Sueli Carneiro (2003), acimentou as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade. Nos dias atuais, a condição dessas mulheres adquire novos contornos em função de uma ordem social que prevê o mito da democracia racial e segue reproduzindo ideais coloniais por meio de dinâmicas interdependentes de opressão de gênero, raça e classe (mas não só).

Isto posto, para melhor compreensão do lugar ocupado pelas mulheres negras brasileiras em tais narrativas historicamente perpetuadas, a interseccionalidade permite o deslocamento do eixo de gênero/classe para a tríade racismo-sexismo-homo/lesbo/transfobia: abarcando então a “diversidade incomensurável” (WERNECK, 2008, p. 2) de identidades que desviam das normas coloniais historicamente perpetuadas.

Para Akotirene (2019), a “interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças” (AKOTIRENE, 2019, p. 28), e por essa razão, buscamos neste artigo um caminho político para debater em torno da importância da interseccionalidade como ferramenta analítica e de luta contra as formas conjugadas de subordinação (que no contexto atual se sobrepõem e se cruzam constantemente). Para isso, além de Carla Akotirene, traremos contribuições de Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, destacando suas semelhanças e diferenças na discussão dos feminismos interseccionais. Enfatizamos também suas possíveis interlocuções com o Serviço Social, dado o comprometimento da profissão com uma visão da totalidade da realidade social e, conseqüentemente, com o reconhecimento da variabilidade da discriminação contra as mulheres.

Contextualizando a Interseccionalidade no contexto norte-americano

A partir de meados do século XX inúmeros e diferentes desdobramentos teóricos e políticos efervesceram a conjuntura da produção de conhecimento no mundo ocidental com outras possibilidades questionadoras. Distintos movimentos sociais caracterizados pelo forte caráter libertário e de contestação de valores vigentes na cultura ocidental, como a revolução sexual, o Feminismo, o Movimento Negro, se destacaram tanto pelas formas de organização política quanto pelas importantes proposições em relação aos movimentos de esquerda como um todo, às políticas públicas e às produções acadêmicas (PASSOS *et al*, 2022, p. 265)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Foi na conjuntura das décadas de 1960 e 1970 que se desenvolveu a elaboração das idéias centrais da interseccionalidade, mediante a especificidade das mulheres negras na busca de combate aos estereótipos, aos questionamentos ante as desigualdades sociais, políticas e econômicas entre as mulheres brancas e não-brancas (CARNEIRO, 2002). Uma de suas mais latentes reivindicações contra o feminismo hegemônico girava em torno da crítica à ideia de mulher como sujeito único - caracterização que “unicizava” a concepção do ser mulher. Dessa maneira, desconsiderava-se as experiências de mulheres negras, pois assim como, de maneira estrutural, o sexismo posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com demais marcadores sociais (ASSIS, 2019).

O conceito de interseccionalidade se volta para dois pontos essenciais: o primeiro é o rompimento com a universalização da categoria “mulher” e o segundo é o de contextualização histórica e social das diversas formas de opressão vivenciadas pelas múltiplas formas de existir mulher. Temos como exemplo, na chamada primeira onda do feminismo, em meados do século XIX, na qual mulheres - brancas - lutavam pelo direito ao voto, enquanto a luta das mulheres negras era pelo fim da escravidão. Já na segunda onda do feminismo, no início da década de 1960, a luta do feminismo hegemônico era pelo direito ao emprego, enquanto mulheres negras já trabalhavam há muito tempo, ainda que de maneira informal. Ou seja, não há como tratar tal categoria de forma homogênea sem reconhecer os demais marcadores sociais que estão imbricados e criam manifestações diferenciadas das opressões sobre os diversos corpos e subjetividades.

Segundo Henning (2015), um dos marcos simbólicos da emergência da preocupação interseccional tem a ver com as contribuições do influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*, grupo de mulheres negras e lésbicas que defendiam uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades estruturadas no racismo, heterossexismo e exploração por classe social. Em vista disso, o feminismo negro, que ganhou evidência nesse cenário, se propunha a reivindicar a inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade na experiência cotidiana de mulheres negras. Segundo Carneiro (2003), isso se deu devido a insuficiência de uma formulação unificada para se pensar sociedades como a brasileira, uma vez que, a amálgama das raças ocasionou a conformação de papéis e situações de vantagens e desvantagens diferenciadas aos sujeitos.

Explicações da origem da interseccionalidade costumam pontuar a intelectual feminista Kimberlé Crenshaw como responsável por cunhar o termo em seu artigo *Mapping the Margins:*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color, publicado na *Stanford Law Review* (Crenshaw, 1991). No entanto,

o artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia. (COLLINS, 2017, p. 10-11).

Portanto, a história da interseccionalidade não pode ser precisamente organizada em períodos ou pontos geográficos, pois há riscos de explicações simplificadas que negligenciam e invisibilizam os escritos e atividades de muitos sujeitos e grupos que vieram antes do artigo de 1991. Tal problematização não significa desprezar a fundamentalidade das contribuições de Crenshaw, que marcaram a tradução dos entendimentos de interseccionalidade que vinham do feminismo negro e outros projetos de justiça social - destacando as mulheres negras como um grupo desvalorizado não somente na perspectiva acadêmica, mas também na sociedade como um todo, argumentando que suas necessidades não podem ser atendidas de forma mono-categórica e dando ênfase a uma racionalidade que focaliza o significado das relações intelectuais e políticas (COLLINS, 2017). Crenshaw (2002) traz grande contribuição ao ressaltar a marginalização das experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas que são obscurecidas nos discursos sobre direitos, fato que impede a compreensão dos contornos específicos da discriminação de gênero e raça, gerando intervenções menos efetivas para tratar de abusos aos direitos.

A interseccionalidade, ainda que não conceitualizada no primeiro momento, foi uma ferramenta importante para a discussão, análise e construções teóricas e militantes do movimento feminista negro. Mais tarde, o termo foi conceituado por Crenshaw, pesquisadora da questão étnico-racial, que propôs imaginar como se as mulheres estivessem alocadas no meio de uma encruzilhada, sendo atravessadas por avenidas identitárias, tendo raça, classe e gênero como as principais vias. Crenshaw destaca que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como citado anteriormente, a existência de diversos eixos de opressão que atravessam a vivência de mulheres já havia sido denunciada por feministas negras antes da criação do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conceito de interseccionalidade. E também pontuaram que não devemos hierarquizar as múltiplas formas de dominação, mas sim compreendê-las de maneira imbricada. No caminho de evidenciar a incompreensão sobre a realidade das mulheres negras, Crenshaw se utilizou da perspectiva interseccional para analisar processos judiciais. Em um dos casos, as mulheres processaram a empresa General Motors por racismo e sexismo, questionando a não contratação de mulheres negras, além da denúncia de demissão em massa de mulheres negras. Contudo, a justiça não considerou o caso como racismo, uma vez que havia homens negros trabalhando, e não foi identificado enquanto sexismo, porque mulheres - brancas - atuavam como secretárias. Com isso, ao utilizarmos somente o analisador de raça ou de gênero, elas não seriam contempladas. E aqui está a importância de um termo que abarque o imbricamento entre os determinantes.

Crenshaw (2004), propõe que a interseccionalidade seja utilizada enquanto método para pensar políticas públicas e transformações sociais que combatam as atuais estruturas de poder. Para a autora, o termo é uma ferramenta política e judicial indispensável para o campo social, uma vez que somente a partir desta análise podemos compreender as estruturas de poder que se imbricam e moldam as relações sociais (TÁBOAS, 2021). Nessa esteira, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge avançam e tratam de definir a importância do termo da interseccionalidade naquilo que ele pode fazer de transformador e não só a partir do que ele é somente enquanto conceito (RIBEIRO, 2023), ou seja, há uma concentração sobretudo daquilo que a interseccionalidade pode ser na prática: “a interseccionalidade se presta a ser uma ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima tem a enfrentar” (COLLINS; BILGE, 2021, p.17). As autoras utilizam das ativistas negras estadunidenses, da década de 1960 e 1970, como exemplo para destacar o cruzamento de opressões e marcadores sociais possíveis na vida cotidiana:

Considerando que as afro-americanas eram também mulheres, negras e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permanecem relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios (COLLINS; BILGE, 2021, p. 17).

Collins (2015), aponta que o conceito de interseccionalidade pode ser lido a partir de três diferentes dimensões que compõem um projeto de conhecimento mais ampliado e radical (SANCHEZ, 2022). O primeiro ponto se refere ao campo de estudos teóricos que, de acordo com a autora, tem sido institucionalizado nas universidades. A outra dimensão é a sua utilização



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enquanto ferramenta metodológica utilizada para investigar determinados objetos e circunstâncias. E em último lugar, por militantes e movimentos sociais enquanto prática política de articulação de lutas contra as mais diversas formas estruturais de opressão que moldam a sociedade. A autora pontua que a última dimensão é a mais potente no sentido de subversão às lógicas impostas pelo *status quo* e que mesmo que esse tenha sido seu caráter crítico inicial, é a que menos tem sido utilizada atualmente. Ou seja, a apropriação da interseccionalidade pela academia somente enquanto campo de estudos e a sua utilização como ferramenta metodológica criou uma fissura em seu caráter emancipatório. Desta forma, a crítica radical sofreu um esvaziamento de seu sentido, sobretudo a partir do distanciamento dos movimentos sociais e da dimensão prática e política, como já era vivenciado por autoras como Angela Davis e Lélia Gonzalez antes mesmo da conceitualização do termo.

Feminismo Negro Brasileiro e enlaces interseccionais

Dialogando com as perspectivas feministas negras do Sul Global, em que se pese o legado de intelectuais e militantes negras brasileiras, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, cabe destacar um envolvimento cultural, político e intelectual no interior do Movimento Negro Unificado (MNU), o qual possibilitou a insurgência de um pensamento crítico, feminista e interseccional entre as décadas de 1970 à 1980 no Brasil. Essas intelectuais fizeram parte da redefinição dos movimentos sociais no país, sendo, inclusive, protagonistas na criação do MNU e, posteriormente, do Movimento de Mulheres Negras.

No que tange a construção do pensamento das mesmas, é importante destacar que ambas se constituíram como “intelectuais orgânicas” -, o que significa dizer que a construção dessa intelectualidade não foi produto apenas de suas formações acadêmicas, mas resultado de suas próprias experiências como mulheres negras, em diálogo cotidiano com outros coletivos de mulheres e de suas trajetórias dedicadas ao ativismo político no “chão das lutas” travadas pelos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos (GONZALEZ, 2020)⁵. Tais travessias e interlocuções, possibilitaram a elaboração de um diagnóstico histórico e situacional das condições vivenciadas pelas mulheres negras e indígenas partindo dos efeitos causados pela imposição capitalista, colonialista, patriarcal e racista que constituem a formação social brasileira.

⁵ A noção de “América Ladina” apresentada por Lélia Gonzalez corresponde ao esforço teórico em demonstrar as influências indígenas e africanas na construção da identidade política-cultural do que foi nomeado pelos colonizadores como “América”. A autora parte de uma crítica ao eurocentrismo e ao colonialismo na construção desse pensamento, deslocando o lugar subalterno no qual foram situados os povos originários e as etnias africanas para um lugar de protagonismo na constituição de uma identidade que expressa “todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (GONZALEZ, 2020a)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É possível identificar no pensamento de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez a antecipação do que, posteriormente, veio a ser cunhado como “interseccionalidade” (CRENSHAW, 2002) - importante contribuição oriunda da tradição do pensamento feminista negro. Ambas problematizam através de suas elaborações o apagamento das experiências vividas pelas mulheres negras nos espaços de militância política e produções acadêmicas feministas, propondo a redefinição dos femininos a partir de uma análise que contemplasse as opressões de gênero, raça e classe.

Carneiro (2020, p. 1), já apontava que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, a qual “o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras”. Através dessa contra-narrativa, a autora desnudava o histórico colonial e escravista que conferiu “a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular” (CARNEIRO; 2020, p. 2).

O duplo pertencimento de Sueli Carneiro no Movimento Negro Unificado e no Movimento de Mulheres, caracterizou suas análises em relação ao diagnóstico histórico situacional das mulheres negras no Brasil. Para ela, a relação de coisificação em torno das mulheres negras se estabeleceu na identidade nacional a partir do lugar de objeto, “ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados” (CARNEIRO, 2020, p, 2). Com esta elaboração a autora propõe o desvelamento das bases da sociedade brasileira, através da qual se estabeleceu a super-exploração da força de trabalho feminino, o estupro colonial e controle dos corpos das mulheres negras.

A análise se aprofunda em uma direção interseccional quando Sueli Carneiro destaca as diferenças que permeiam as condições objetivas e assimilação cultural acerca das mulheres brancas e mulheres negras no Brasil. Isso porque, segundo a autora, “se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas que não pode ser separada de outros eixos de opressão”, a qual não é possível partindo uma análise única (CARNEIRO, 2020, p. 2).

Tais marcadores foram considerados através da análise concreta das condições de vida das mulheres negras brasileiras, tendo como principal eixo articulador o racismo e seus impactos sobre as relações de gênero e classe. Neste sentido, o lugar marginalizado ao qual historicamente foram situadas as mulheres negras é ilustrado através da posição desigual desse grupo em relação aos homens brancos, as mulheres brancas e aos homens negros. Assim, para Carneiro (2020, p. 2): “Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada; [...] Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especificidade”.

Ante a isso, a intelectual foi porta-voz de um coletivo de mulheres negras que propunham a reavaliação de uma perspectiva feminista única, tendo como agenda não apenas a superação da dominação patricial, como também o enfrentamento da ideologia racista. A ausência da centralidade da questão racial no interior do movimento feminista foi problematizada à luz de uma crescente feminização da pobreza, de inúmeros casos de violência racial provocados pelo estado brasileiro, da posição desigual das mulheres negras no mercado de trabalho, dentre outros agravantes.

Nesta mesma direção, sua contemporânea do Movimento Negro Unificado e do Movimento de Mulheres Negras, Lélia Gonzalez, endossava sua crítica ao feminismo branco e propunha uma nova leitura acerca das especificidades das mulheres negras. De acordo com seus pesquisadores (RATTS; RIOS, 2010), Lélia teve um longo percurso na história das organizações feministas e negras no Brasil, tendo integrado diversos coletivos, conselhos e setores públicos. Foi a primeira mulher negra a sair do país para divulgar a real situação da mulher negra brasileira, sendo parte de um “esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil” (idem, p. 13).

Em 1984, a autora já elaborava sua perspectiva em relação às mulheres negras ante a “História Oficial”, contrastando a narrativa de pensadores brancos, como Caio Prado Júnior - intelectual internacionalmente conhecido como “intérprete do Brasil”. Em suas análises, a autora se propõe a desnaturalizar o “mito da democracia racial”, evidenciando a trama que entrelaça as vivências subalternizadas de determinados grupos, a partir dos marcadores de gênero, raça e classe.

Não à toa, o artigo *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* (GONZALEZ, 1984), tornou-se referência nos estudos de gênero e raça a partir de uma leitura interseccionada sobre os processos de opressão que atravessam as mulheres negras. Apesar de não mencionar a “interseccionalidade” como tal, Lélia Gonzalez partilha de uma análise que desloca a ótica eurocêntrica e patriarcal do centro das discussões, incluindo ao debate a importância de pensar gênero, raça e classe, em uma perspectiva feminista e anti-racista.

No artigo em questão, Gonzalez caracteriza o racismo e o sexismo como fenômenos sociais sustentadores da sociedade brasileira, tendo em vista os quase 400 anos de escravização das populações negras e indígenas em território nacional, sendo as mulheres



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

duplamente vitimadas neste contexto de violência e expropriação colonial. Através da divisão sexual e racial do trabalho, a autora enfatiza a sofisticação do racismo para manter-se como pilar da exploração capitalista, articulando-o a hierarquia patriarcal. No caso das mulheres negras, nota-se um processo de marginalização histórica, também nomeado por Gonzalez (1984) como “não-lugar”.

A autora elenca algumas particularidades desse grupo, observadas a partir de sua própria vivência como mulher negra e de sua relação com os movimentos sociais negros, feministas, quilombolas, indígenas, as frentes culturais como o carnaval e as escolas de samba, comunidades de terreiros, lideranças feministas, movimentos populares, político partidários, espaços acadêmicos, interlocuções com a América Latina, entre outros (GONZALEZ, 1984). No artigo *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica* (GONZALEZ, 2020), Lélia Gonzalez destaca que o racismo e o sexismo situam as mulheres negras em um processo “tríplice de discriminação”, uma vez que se era observado um percentual importante de mulheres com baixo nível de escolarização, ocupando os postos de prestação de serviço doméstico, sendo sustentáculo de suas famílias e das famílias brancas, tendo que lidar com a violência e a repressão policial contra seus companheiros, filhos e comunidade (GONZALEZ, 2020, p. 50)

Além disso, a autora chamava atenção para a ausência de produções acadêmicas e científicas que contemplassem a experiência feminina e negra, ela destaca que “a maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida [...], não atentam para o fato da opressão racial” (GONZALEZ, 2020, p. 61). Tal ausência implica não somente no silenciamento das experiências das mulheres negras a partir da operacionalização do racismo e do sexismo, como também promove o apagamento de suas resistências históricas ante a esses processos de opressão. Por fim, Gonzalez nos convoca a pensar dialeticamente sobre os efeitos da exploração de gênero, raça e classe, haja vista que as mulheres negras coletivamente desenvolvem estratégias das quais se utilizam para “sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa” (idem, p. 62).

Passadas quase quatro décadas do pioneirismo dessas autoras na discussão interseccional, nos deparamos com a influência desse pensamento na construção do legado político-intelectual do feminismo negro brasileiro. É importante salientar que o debate interseccional se constitui como um campo de concepções heterogêneas, onde diferentes intelectuais vêm apresentando suas perspectivas dentro e fora do espaço acadêmico.

Ante às perspectivas contemporâneas, Carla Akotirene elabora seu pensamento a partir



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de outros caminhos teóricos. Ela aborda uma concepção de interseccionalidade que parte das contribuições de diferentes teóricas negras e frentes de organização de mulheres, como o mulherismo, afrocentridade, feminismo negro estadunidense, epistemologias africanas, o feminismo decolonial, entre outros. Através disso, a autora amplia sua análise interseccional incluindo ao debate outros significantes, definidos por ela como “avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2020, p. 23).

Ao lançar mão desta perspectiva de análise, se é evidenciado as “colisões múltiplas das opressões” que vitimam determinados grupos. Para tanto, se é considerada a forma como raça, gênero e classe são vividos, abarcando também o cruzamento de outras opressões como o etarismo, o capacitismo, a violência no território, a xenofobia, o terrorismo religioso, a lgbtfobia, o imperialismo ocidental, entre outros marcadores.

Na visão desta pesquisadora (AKOTIRENE, 2020, p. 19), a interseccionalidade “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e heterocispratiarcado”, através dos quais são produzidas avenidas identitárias em que “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe - modernos aparatos coloniais” (ibidem). Em outro momento, Akotirene menciona a interseccionalidade para além de uma metodologia, caracterizando-a também como recurso político e prático para assegurar no espaço público “interesses e lutas comuns” (idem, p. 94).

Observa-se nas incursões teóricas desta autora distinções em relação à construção do pensamento de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, sobretudo por conceituar a interseccionalidade a partir do enlace de diferentes matrizes teórica, o que por vezes sugere o próprio esvaziamento e/ou contradição daquilo que se explica. Akotirene também tece críticas às “correntes marxistas” - método de análise social, histórico e dialético fundamental para compreender o sistema de exploração capitalista - reduzindo-as em “formulações obcecadas em darem um norte salvacionista europeu às identidades políticas [...] afastando os negros da condição de trabalhadores e negras da identidade de mulher” (AKOTIRENE, 2020, p. 30).

À vista disso, é importante considerar que o materialismo histórico-dialético tem influência na concepção pioneira de interseccionalidade apresentada por Lélia Gonzalez, por exemplo. Assim como também instrumentaliza a construção do pensamento interseccional norte-americano, como o caso da feminista negra e marxista, Angela Davis. Tais autoras constataram em suas observações que gênero, raça e classe são indissociáveis para a construção do pensamento crítico em uma perspectiva de totalidade, e, portanto, tem-se através da interseccionalidade caminhos de subversão da lógica capitalista, racista e patriarcal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com essas provocações voltadas para dentro das correntes marxistas, as intelectuais negras interseccionais contribuíram para a ampliação do marxismo a partir da inclusão do gênero e da raça nos processos sócio-históricos de conformação das classes sociais. Conforme assinala Davis (2016), gênero e raça são as maneiras como a classe se é vivida.

Afora dissonâncias e aproximação, abrem-se possibilidades de interlocução com a interseccionalidade a partir de diferentes prismas nos quais as intelectuais negras brasileiras vêm se debruçando desde o século passado até a contemporaneidade. Sem perder de vista que a interseccionalidade parte de uma experiência político-teórica essencialmente feminista e negra, pondera-se que há um contexto de disputas de narrativas e até mesmo de apropriações teóricas em torno desta categoria analítica-interventiva na academia. Compreendemos que há a necessidade de incorporação dessa discussão nos espaços de produção de conhecimento e da práxis política, sobretudo em setores historicamente vinculados a um projeto societário de emancipação, justiça social e equidade.

Algumas considerações: Abrindo o diálogo com o Serviço Social sobre a importância da interseccionalidade como ferramenta de análise e práxis

Para entender a relevância da interseccionalidade no Serviço Social, é preciso que haja uma situacionalidade da forma como as opressões são comumente produzidas pela sociedade brasileira. Refletindo a partir desse contexto, segundo a antropóloga colombiana Mara Viveros (2009), a base das estruturas de dominação que constituem a chamada modernidade colonial se deu pela transformação do sexo, da sexualidade e da raça em natureza, o que produziu e justificou desigualdades e segue embaraçando formas de resistência. Nota-se dessa forma, que a presença dos marcadores sociais é inerente ao processo de formação da nação brasileira, o que justifica desde já a importância de considerar o cruzamento de raça, gênero e classe para a explicação das formas de subordinação e de resistência produzidas em sociedade, dado que “o corpo marcado por gênero, sexualidade e raça aparece como um distintivo fundamental para a constituição das situações de opressão” (ALVES, 2018, p. 280). Compreender então a interseccionalidade dentro do Serviço Social como uma ferramenta analítica, revela um processo de resistência à colonialidade, num movimento de defesa das subjetividades subordinadas, hierarquizadas e reduzidas socialmente como objetos quantificáveis e controláveis

Nesse cenário, é papel da categoria de assistentes sociais investigar as opressões considerando fundamentalmente o ponto de vista daquele que se encontra marcado por essas relações, centralizando a análise e revelando aspectos da realidade obscurecidos por abordagens



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais ortodoxas (COLLINS, 2016, p. 101). Ou seja, a prática profissional deve ser pensada junto a classe trabalhadora, utilizando a investigação interseccional como potencial ferramenta de enfrentamento às implicações sociais de raça, gênero e classe. Empregar a interseccionalidade como metodologia de ação, é possível reconhecer a convergência dos fluxos advindos das relações de poder, revelando questões referentes a raça, classe e gênero, que não se apresentam como categorias diferentes nem mutuamente excludentes, mas pelo contrário, sobrepõem-se e manifestam-se de forma unificada, afetando, assim, todos os aspectos da convivência em sociedade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16).

É nas inobservâncias interseccionais que os cenários de violência racista, machista e classista se reproduzem, portanto, precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para tal invisibilidade, dado que a interseccionalidade pode também ser implementada para análise de questões que estão além das categorias já citadas anteriormente de gênero, raça e classe. Para tanto, uma intervenção profissional consciente, crítica e equitativa, que preze uma leitura integral da realidade evita interpretações universalistas e contraproducentes e antecipa as várias formas pelas quais tais vulnerabilidades podem se entrecruzar.

A magnitude da ferramenta interseccional torna-se ainda mais latente no fazer profissional do assistente social por, predominantemente, serem as mulheres responsáveis pela reprodução social das famílias da classe trabalhadora, ou seja, são elas quem mais chegam aos serviços. Tem-se que 73,88 % dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros (DATA SOCIAL, 2015, *apud* COSTA, 2017, p. 229), sobre o total geral de beneficiários titulares do Programa, 93% são mulheres e 68% destas são negras. Dessa maneira, comprova-se que mulheres negras são a maioria atendida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, também, nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Não obstante, de acordo com Arruzza e Bhattacharya (2023), o racismo ainda se desdobra no nível da reprodução da força de trabalho, legitimando simultaneamente com o patriarcado padrões que refletem desigualdades e direcionam o papel social da mulher negra como antítese da branquitude e da masculinidade. Gonzalez (2020) chama atenção para a mulher negra como ocupante do nível mais alto de opressão, em vista dos estereótipos gerados pelo racismo e sexismo.

Tratando-se do âmbito acadêmico-profissional, a apreensão da interseccionalidade se faz essencial também para o investimento em uma formação de qualidade teórica e política que proporcione o domínio das adversidades e contradições presentes no cotidiano do universo profissional - estudar, compreender e conhecer as condições de vida de quem chega aos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serviços é um recurso indispensável tanto no processo de formação quanto já no exercício profissional dos assistentes sociais. Neste sentido, da mesma forma que a experiência das mulheres negras deram uma nova tônica ao movimento feminista, a formação acadêmica em Serviço Social também precisa incorporar tais discussões, indo contra o desenvolvimento desigual dos discursos de raça e gênero.

Com isso, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica e seu ensino nos cursos de Serviço Social diz respeito a esse movimento de “colocar as nossas convicções a prova”, numa ampliação dos princípios que norteiam os assistentes sociais, imbuindo a atuação profissional de novos contornos para uma ação política feminista e antirracista. Em seu trabalho de conclusão de curso, ao tecer uma análise acerca dos anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), referentes ao ano de 2018, Deborah Lúcia (2022), demonstrou a escassez de pesquisas que tratam da perspectiva interseccional, quando apenas 27 trabalhos entre 1.065 apresentaram alguma aproximação com o tema. Tal fato exprime certa limitação da categoria na produção do debate interseccional, o que impossibilita a apreensão de categorias chave para a incorporação efetiva e transversal do debate étnico-racial à formação em Serviço Social (SANTOS, 2022).

Por esse motivo, é importante não só que tenhamos cada vez mais produções na área da interseccionalidade, como também reconhecer como conteúdo obrigatório para os estudantes de Serviço Social, considerando que estudos que envolvam temáticas raciais ou de gênero ainda estão como optativas dentro das graduações, algo insustentável diante da sociedade em que vivemos (MELO, 2022). Em vista disso, como conteúdo obrigatório viabilizado por disciplinas que tratam sobre as relações de gênero, raça, classe e sexualidade pode oferecer uma maior aproximação teórica, que permita um conhecimento superior da coletividade social.

Em síntese, destacamos que a primordialidade da discussão manifesta-se pelo reconhecimento da necessidade da interseccionalidade atravessar o conjunto da formação, alcançando sua forma prática e política. Ou seja, a institucionalização da interseccionalidade como campo de estudos e a utilização deste conceito como ferramenta metodológica (SANCHEZ, 2022, p. 64) não pode perder de vista o caráter político crítico inicial. Para isso é preciso empregá-la como uma práxis profissional orientada a uma prática política interseccional que seja de fato transformadora e emancipatória para todas as mulheres, num movimento de construir uma “abordagem que compreenda efetivamente os sujeitos que determinam e movimentam os processos históricos, aspectos que consubstanciam e dão significado às nossas lutas e ao direcionamento ético-político do Serviço Social” (SANTOS, 2022, p. 239).



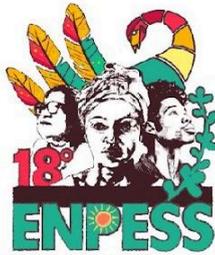
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Pólen Produção Editorial, São Paulo, 2019.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 13, n. 2, 2023.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, UFBA, 2019.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n 1, p. 171-188, 2002.
- COLLINS, P. H. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Por um feminismo afro latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.
- LOURENÇO, M. H. **Interseccionalidade e o Serviço Social**: Reflexões acerca da utilização do método. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- MELO, D. L. S. **A importância da perspectiva interseccional para contribuir com a análise crítica do assistente social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- PASSOS, R. G. *et al.* Experienciando uma formação feminista interseccional: contribuições ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Serviço Social. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2022.

RATTS, A.; RIOS, F. **Retratos do Brasil negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, M. R. D. Interseccionalidade: uma introdução a partir de Patrícia Hill Collins. **O Manguezal** - Revista de Filosofia, v. 1, n. 16, p. 86-99, 2023.

SANCHEZ, B. R. De volta às origens: mapeando os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 31, n. 3, 2022, p. 50- 68.

SANTOS, T. C. M. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, p. 232- 241, 2022.

TÁBOAS, Í. D. M. Zornoff. Materialist Notes on Intersectionality. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. e76725, 2021.

VIVEROS, M. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual**. Universidad de Caldas, 2009. Disponível em: <https://www.ucaldas.edu.co/docs/seminario_familia/Ponencia_MARA_VIVEROS.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

WERNECK, J. **De lalodês e feministas**: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. 2008. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>>. Acesso em: 18 abr. 2024.